

VISÃO TRABALHISTA

OSASCO, 18 A 22 DE OUTUBRO DE 2016 • EDIÇÃO 35

WWW.SINDMETAL.ORG.BR

f SINDMETAL

@SINDMETALOSASCO



Protesto no Ministério Público cobra pagamento na Mecano

A segunda-feira, 17, começou com protesto dos trabalhadores da Mecano Fabril contra o atraso de pagamento de quatro salários. P.4



Em greve há 55 dias, metalúrgicos da autopeças Mecano Fabril, de Osasco, protestam em frente ao Ministério Público do Trabalho e cobram solução



Salário mínimo cairia a metade, com PEC

O brasileiro teria de conviver com um salário mínimo de R\$400. Saúde e Educação também teriam cortes drásticos, se PEC 241 for aprovada. P.3



Companheiros da Medical conquistam PLR

Aprovada PLR na Medical

Companheiros da Medical fortaleceram a luta com o Sindicato e conseguiram fechar seu acordo de PLR (Participação nos Lucros ou Resultados). P.4

Metalclube na medida

Venha malhar numa das melhores academias da região

INFORMAÇÕES

(11) 3686-7401
metalclube.sindmetal.org.br

SIGA-NOS
www.facebook.com/Metalclube.Sindmetal

*valor referente ao plano anual. Consulte demais planos

sem taxa de associação ao clube

musculação a partir de R\$ **89** mensais



Vida de meninas é pior no Brasil que em toda a América Latina P.4

Metalúrgicos concluem formação P.2

Confira os descontos para sócios P.4

CAMPANHA SALARIAL 2016



- REAJUSTE SALARIAL
- MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS SOCIAIS
- DELEGADO SINDICAL
- FIM DOS ACIDENTES DE TRABALHO / 40 HORAS
- FIM DAS TERCEIRIZAÇÕES
- VALORIZAÇÃO DO PISO SALARIAL
- TRABALHO DECENTE
- FORTALECIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

NENHUM DIREITO A MENOS

TAXA DE JUROS

A taxa básica de juros, a Selic, deve sofrer um corte nesta semana. Essa é a aposta dos analistas para a conclusão da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). Essa taxa serve de referência para o cartão de crédito, crediário, entre outras.

A PEC do atraso

O governo de Michel Temer armou um verdadeiro arsenal para ver aprovada a PEC 241, que corrige os gastos sociais somente pela inflação. Jantar milionário para convencer parlamentares e propaganda nos maiores veículos de comunicação foram algumas das artimanhas usadas.

Para difundir a ideia de que é preciso fazer sacrifícios para tirar o país da crise, Temer compara a tarefa com o "aperto no cinto" feito por todos e todas as chefes de família que buscam se equilibrar na situação de orçamento curto e desemprego.

Como mostramos na matéria na p. 3 deste **Visão Trabalhista**, com essa ideia simplória querem na fazer compreender que a Saúde, a

Educação, a Ciência e tantas outras áreas podem esperar. Mas, como atestam pesquisadores do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), FGV (Fundação Getúlio Vargas), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e ABC (Academia Brasileira de Ciências) Temer quer nos levar a um retrocesso que só vai contribuir para que o país regreda no tempo e volte a ser mero fornecedor de mão de obra, exportador de matérias-primas e de mentes.

É também revelador do projeto de país deste governo, o modo como o ministro da Ciência e Tecnologia reagiu a nota técnica do Ipea. Tratou como se não fosse opinião do órgão, reação que causou a demissão de uma das pesquisa-

doras responsáveis.

Tudo isso mostra a gravidade do momento que vivemos: de destruição de direitos e a Democracia, nos diferentes espaços. Precisamos defender nossas conquistas e o projeto de país desenvolvido e justo que acreditamos.



JORGE NAZARENO
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região
jorginho@sindmetal.org.br

A famigerada PEC dos gastos

Controlar os gastos públicos é fundamental para que a economia possa retomar o caminho do crescimento, a gerar emprego e renda. Mas o corte de gastos imposto por meio da PEC 241 não deverá ajudar o País nesta direção. A PEC corta gastos com saúde, educação, políticas públicas e isso é uma ameaça aos direitos sociais.

A Constituição de 88 deu um tratamento diferenciado às despesas com saúde, por exemplo, para que fossem protegidas das decisões de qualquer governo. A 241 muda a Constituição, para permitir o congelamento do repasse da porcentagem mínima

que deve ser destinada a esta e outras áreas por 20 anos, a partir de 2018. Mesmo que a arrecadação do Estado cresça, os recursos ficarão congelados no mesmo patamar, corrigidos apenas pela inflação e não de forma progressiva, como está na Constituição.

Esse corte de gastos aprofundará a desigualdade.

Basta ver que o setor empresarial e as grandes corporações são a favor da PEC, o que mostra que o Brasil está entregue ao rentismo, aos que lucram sem produzir. A PEC impõe limites nos gastos não financeiros, mas não limita os gastos com os juros da dívida pública, que consome 45%

do orçamento geral da União.

Estamos lutando para mudar a PEC, que terá mais uma votação na Câmara dos Deputados e duas no Senado.



MIGUEL TORRES
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM

*As opiniões expressas neste espaço não expressam necessariamente o ponto de vista do Sindicato

Metalúrgicos da região são certificados pelo Dieese



Metalúrgicos estão mais preparados para buscar direitos

Sábado, 15, foi dia de comemoração entre os metalúrgicos de Osasco e Região. Isso porque alguns deles cumpriram mais uma importante fase de formação: a conclusão de mais um curso ministrado pelo Sindicato em parceria com o Dieese. Na ocasião, os companheiros receberam o certificado de conclusão do curso, que preparou os trabalhadores para participar de forma ainda mais ativa e decisiva nas discussões, negociações e lutas da nossa categoria.

"É sempre importante participar de cursos que buscam ampliar o nosso conhecimento. Além disso, também é importante compartilhar tudo aquilo que aprendemos com os companheiros dentro da fá-

brica", avalia um companheiro da região de Osasco.

O presidente do Sindicato, Jorge Nazareno, parabenizou o grupo de formandos. "Ter pessoas que se dispuseram a passar quatro sábados aqui, o dia todo, pensando, discutindo, formando e ajudando a formar, sem dúvidas nenhuma, é motivo de grande satisfação para nós, porque este é um ganho permanente. A formação não é pontual, ela é para o resto da vida. Que seja um ciclo permanente de aprendizado", ressaltou Jorge.

Os professores do Dieese também cumprimentaram os alunos e parabenizaram a atuação do Sindicato, que também se preocupa e participa da formação da categoria.

CURTAS

Vacina contra HPV Reforma Política

A partir de janeiro de 2017, meninos de 12 e 13 anos vão passar a receber a vacina contra o HPV, segundo o Ministério da Saúde. O HPV é um vírus que atinge a pele e as mucosas, pode causar verrugas ou lesões precursoras de câncer, como o de colo de útero e garganta. Devem ser imunizados 3,6 milhões de meninos. Até 2020, a faixa etária deverá ser ampliada. Saiba mais no www.sindmetal.org.br

A Câmara dos Deputados deve instalar nesta semana uma comissão especial para discutir a reforma política. Novas mudanças nas regras eleitorais são um consenso entre os partidos. A impossibilidade do retorno do financiamento empresarial parece ser bandeira unânime. No entanto, existem divergências em relação ao sistema de votação e à necessidade de endurecimento das regras eleitorais. [Fonte: Rede Brasil Atual]

Abono do PIS Regras para adoção

Trabalhadores nascidos no mês de outubro e que trabalharam com carteira assinada por pelo menos um mês no ano passado com remuneração média de até dois salários-mínimos podem sacar já podem sacar na Caixa Econômica Federal o pagamento do Abono Salarial do PIS/Pasep ano-base 2015. Para ter direito ao abono, o trabalhador deve estar inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos. [Fonte: Agência Brasil]

O Governo quer mudar as regras de adoção de crianças e adolescentes no país, colocando prazo para a conclusão do processo. O objetivo é reduzir o número de casas abrigos e a espera para adoção. Anteprojeto de lei do Ministério da Justiça prevê que o trâmite seja fixado em 90 dias para o estágio de convivência entre os pretendentes e a criança, seguido de 120 dias para a conclusão da adoção. [Fonte: Folha de SP]

EXPEDIENTE

DÚVIDAS contato@sindmetal.org.br
Acesso ao site: www.sindmetal.org.br
Facebook: [sindmetal](https://www.facebook.com/sindmetal)
Twitter: [@sindmetalosasco](https://twitter.com/sindmetalosasco)

SEDE Rua Erasmo Braga, 310
3º e 3ºF, das 8h às 12h, 13h às 18h
2º, 4º e 6ºF, das 8h30 às 12h, 13h às 18h
Presidente Altino – CEP 06213-008
Telefone: (11) 3651-7200

PRESIDENTE Jorge Nazareno
EDITORA Cristiane Alves • MTB 45.757

ASSIST. DE REDAÇÃO Auris Sousa • MTB 63.710
DESIGNER GRÁFICO Tainá Cucco

SUBSEDE COTIA

Av. Prof.º Joaquim Barreto, 316
Centro – Telefone: (11) 4703-6117

SUBSEDE TABOÃO DA SERRA

Rua Riberião Preto, 397
Vila Lasi – Telefone: (11) 4137-5151

SUBSEDE BAKUERI

R. Padre Doniote Tavares de Lima, 74,
na Vila São Francisco
Telefone: (11) 4706-1443

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

DEPTO. JURÍDICO (SEDE)

De 2ª à 6ª, das 8h às 12h / 13h às 17h

METALCLUBE

De 2ª à 6ª, das 6h às 22h

Sáb., dom. e feriados, das 8h às 17h

facebook: [metalclubesindmetal](https://www.facebook.com/metalclubesindmetal)

Telefone: (11) 3686-7401

COLÔNIA

Todos os dias, das 7h às 23h

IMPRESSÃO MarMar

TRAGEM 21 ml exemplares

MISSÃO "Organizar e defender os trabalhadores respeitando os direitos de cidadania e a diversidade como os princípios para a construção de uma sociedade justa".



EDUARDO METROVICHE

Mulheres Sindmetal completaram nove anos de trabalho, no último dia 17. Na foto, companheiras participavam de formação em comunicação



CAMPANHA SALARIAL

Os metalúrgicos ligados à CUT aprovaram a proposta negociada com os grupos 2 e Estamparia, de 9,62% de reposição de inflação. O índice, agora, é referência para as negociações deles com os demais grupos patronais.

PEC DO ATRASO

Salário Mínimo seria de R\$ 400 se PEC 241 estivesse valendo

Não adianta o governo Temer dizer que a PEC 241 não congela investimentos. Nos últimos dias, pesquisadores divulgaram análises que deixam claros os prejuízos para a Saúde, Educação, Ciência, Trabalho.

Aprovada, na terça-feira, 11, na primeira das duas votações que devem acontecer na Câmara dos Deputados, a chamada PEC dos Gastos, na verdade, leva ao atraso porque impõe um arrocho nos recursos destinados pelo governo federal para a área social. A partir de 2018, e pelos próximos 20 anos, a verba para Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia vão ser corrigidos somente pela inflação.

De acordo com Bráulio Borges, pesquisador da FGV (Fundação Getúlio Vargas), se a PEC estivesse valendo há 20 anos, o salário mínimo hoje valeria R\$ 400. É menos da metade dos R\$ 880, que, de fato, hoje são pagos, graças a política de correção do salário mínimo, que tem como base a inflação e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). A política do salário mínimo é uma conquista do movimento sindical, que proporcionou aumento real de 77%, em 13 anos.

Já a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a ABC (Academia Brasileira de Ciências) encaminharam nota aos deputados alertando que a PEC 241 coloca o país na contra-

mão do desenvolvimento. "Reduzir os investimentos públicos em educação, ciência, tecnologia e inovação vai na contramão dos objetivos de se efetivamente tirar o Brasil da crise", alertam, na nota. "A experiência mundial nos mostra que, sem investimentos consistentes e permanentes em educação, ciência, tecnologia e inovação, não há desenvolvimento econômico", reforçam.

Para a Educação, serão menos R\$ 24 bilhões ao ano, de acordo com informações obtidas pela Agência Brasil junto a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados.

INTIMIDAÇÃO NO IPEA

Em nota técnica, pesquisadoras do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas) demonstram que a Saúde teria perdido R\$ 257 bilhões, se a PEC estivesse em vigor no período entre 2003 e 2015.

O estudo provocou represálias do governo, incluindo uma nota do Ministério de Ciência e Tecnologia afirmando que as informações não manifestavam a opinião do órgão. No final da última semana, uma das pesquisadoras responsáveis, Fabiola Sulpino Vieira, pediu demissão.

A PEC deve passar por mais uma votação na Câmara e depois ser aprovada no Senado, para, então, entrar em vigor.

SE A PEC DA MALDADE ESTIVESSE EM VIGOR

Salário mínimo seria de R\$ 400



Saúde teria perdido R\$ 257 bilhões



Educação perderia R\$ 24 bilhões todos os anos



SEU DIREITO

Dúvidas: cristiane.imprensa@sindmetal.org.br

Acordo coletivo precisa ter a participação do Sindicato

A celebração direta de norma coletiva entre trabalhadores e empregadores depende necessariamente da participação dos sindicatos representantes. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho atendeu recurso do MPT (Ministério Público do Trabalho) para cassar decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em Santa Catarina, que permitiu a homologação de ACT (Acordo

Coletivo de Trabalho) feito pela empresa Meu Móvel diretamente com seus trabalhadores.

A empresa ajuizou mandado de segurança no TRT-SC em novembro de 2014, alegando que cumpriu todas as formalidades exigidas no artigo 617 da CLT, mas o pedido de registro do acordo foi negado pelo Ministério do Trabalho pela falta de assinatura do sindicato. A empresa disse que solicitou a presença do Sindicato responsável e que o mesmo ignorou o pedido.

O MPT, no entanto, alegou que não houve recusa da entidade na negociação. O entendimento que prevaleceu no julgamento foi o da desembargadora convocada Cilene Ferreira Amaro Santos, favorável para o acolhimento do recurso do MPT. Para ela, o artigo 617 da CLT não se aplica ao caso porque não houve recusa do sindicato em participar da negociação, "mas simples rejeição de acordo, o que se insere na liberdade e autonomia do sindicato em transigir em nome da categoria.



Fortaleça o Sindicato

Diretora Claudia e líder KD sindicalizam companheiros e companheiras da Ficosa. Quanto mais sócios e quanto mais participação, mais forte é o Sindicato para enfrentar as ameaças a nossos direitos.



Associados SINDMETAL possuem vantagens na Droga Raia.

BASTA APRESENTAR SEU CARTÃO DE SÓCIO DIRETAMENTE NO BALCÃO DE ATENDIMENTO!

Você conta com descontos* a partir de:

30% em medicamentos genéricos tarjados. **20%** em medicamentos de marca tarjados. **5%** em itens de perfumaria.

*Os descontos podem ser alterados a qualquer momento, sem comunicação prévia.



